

(Des) construindo uma memória: a campanha abolicionista nas páginas do jornal *A Federação*

Tuane Ludwig Dihl

tuane.ludwig.dihl@hotmail.com

Mestranda em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Resumo: Este artigo tem como cerne investigar a forma como o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) representou em seu órgão de imprensa - o jornal *A Federação* - as bases de uma nova ordem social que se anunciava em fins do século XIX. Tendo como foco uma discussão veiculada nesse jornal, no começo de 1885, acerca da construção ou não de um monumento em homenagem à presumida antecipada abolição da escravatura sulina, desvelam-se os discursos desses políticos, posicionando-se em relação à crise do Império e ao fim da escravidão negra. Tais questões são enfocadas com primazia no texto, a fim de se colocar em pauta a briga dos republicanos porto-alegrenses pela construção de memórias sobre o abolicionismo e sobre a instauração da República em solo sul-rio-grandense, ambos os processos nos quais o PRR afirmava o seu protagonismo.

Palavras-chaves: Abolicionismo; República; Partido Republicano Rio-Grandense.

(De) constructing a memory: the abolitionist and republican campaigns on the newspaper *A Federação*

Abstract: This paper has the objective of investigate how the Rio-Grandense Republican Party represented on its own press - the newspaper *A Federação* - the basis of a new social order that was rising at the end of XIX century. Focusing on a conveyed discussion in that newspaper, at the beginning of 1885, about the construction or not of a tribute sculpture to the presumed southern slavery abolition, unveil the speeches of those politicians, positioning themselves about the empire crisis and the black slavery end. Those questions are primacy focused on the text, to discuss about the porto-alegrenses republican fight of the construction of memories about the abolitionism and about the establishment of the republic on south-rio-grandense lands, both process on which the PRR stated his own protagonism.

Keywords: Abolitionism; Republic; Rio-Grandense Republican Party.

No dia 20 de dezembro de 1884, o jornal *A Federação* de Porto Alegre publicava o primeiro de uma série de artigos que discutia a construção de um monumento em homenagem à antecipada libertação dos cativos naquela cidade. De acordo com este texto, a

ideia teria partido do secretário do Centro Abolicionista¹, numa proposta de empregar o dinheiro arrecado na quermesse². O jornal adentra o ano de 1885 colocando essa questão em pauta, e então, no dia 02 de janeiro de 1885 deixa mais que clara sua posição:

Com que direito, contrariando senão desrespeitado os desejos dos que contribuíram para a festa, o Centro resolveu gastar o sagrado produto na ereção de um monumento, que só terá mérito de atestar aos vindouros que no seio d'este povo medrou em algum tempo infamante instituição dos escravos?

O Centro Abolicionista certamente não meditou quanto devia sobre o melindroso assumpto, apesar das amistosas advertências d'esta folha que sempre lhe prestou apoio e consagrou-lhe aplausos.

(...) Construindo-se eixo da voz geral e em respeito à independência das suas opiniões, *A Federação* julga-se no direito de bradar!

Protestemos contra a ereção do monumento!

Protestemos contra o procedimento irregular do Centro Abolicionista!³

Os enfáticos “protestemos” que saltam do excerto acima nos propõe refletir porquê de o jornal se opor tão taxativamente à construção do monumento, vide ser *A Federação* um dos periódicos mais engajados na campanha abolicionista gaúcha. Além disso, alguns meses antes o mesmo jornal publicava os últimos desdobramentos desse movimento, atribuindo-lhe acalorados louros e qualificando-o como “tão espontâneo e tão uniforme” que se impunha “pela majestade á admiração unânime no Brasil”. Consideramos que a discussão evidenciada acima está inserida num quadro complexo de crise que caracterizou o fim do século XIX, e ao mesmo tempo, de construção de uma nova ordem sociopolítica. Momento este, em que várias agremiações políticas disputavam o capital simbólico gerado pelo abolicionismo, principalmente entre a emergente opinião pública urbana. O artigo visa, por isso, abordar a atuação do periódico na campanha abolicionista regional na tentativa de compreender e contextualizar sua oposição em relação à idealização do referido monumento.

Fundado na capital gaúcha no ano de 1884 e circulando de segunda a sábado, *A*

¹ Em 22 de novembro de 1883, no teatro São Pedro, em Porto Alegre, foram eleitos os membros do Diretório do Centro Abolicionista, e alguns dias depois, estes indivíduos deliberaram a formação da mesa administrativa do Centro Abolicionista: Presidente – Coronel Joaquim Salgado; 1º Secretário – Joaquim de Salles Torres Homem; 2º Secretário Júlio César Leal; Tesoureiro – Norberto Antônio Vasques. O secretário do Centro, Torres Homem, de quem partiu a iniciativa para o emprego da verba da quermesse, nasceu no Rio de Janeiro, era casado, tinha na época 33 anos, morava em Porto Alegre, era capitão do Exército e professor da Escola Militar. Ver o segundo capítulo do livro: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem* – Experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

² A quermesse abolicionista que ocorreu na praça central de Porto Alegre foi conduzida pelas esposas dos membros do Centro Abolicionista, nos dias sete e oito de setembro de 1884. O evento teve a intenção de levantar fundos para a emancipação dos escravos por meio da venda de objetos doados pela elite da capital. Ver: ZUBARAN, Maria Angélica. “A invenção branca da liberdade negra”. *Fênix* – Revista de História e Estudos Culturais. nº3, V. 06, Ano. VI, 2009, p. 2.

³ *A Federação*. Porto Alegre, 02 de janeiro de 1885, p. 1.

Federação surgiu com a alcunha de ser o órgão de propaganda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Sendo assim, a grande parte dos membros e periodistas desse jornal ligava-se diretamente a esse grupo político, caso de Júlio de Castilhos, Ramiro Barcelos, Venâncio Aieres, Demétrio Ribeiro, Alcides Lima, entre outros republicanos. Infelizmente não é possível identificar com precisão todos os sujeitos que atuavam no impresso, devido ao fato de que não era de praxe os textos serem assinados. De qualquer forma, segundo Francisco Rüdiger, a imprensa gaúcha desse contexto caracterizou-se pela tendência do *jornalismo político-partidário*, logo, era bastante comum a apropriação dos jornais pelos partidos políticos. Desenvolveu-se a concepção de que o papel dos periódicos era essencialmente opinativo, na medida em que veiculavam organizadamente o ideário dos partidos tendo por objetivo a formação doutrinária da opinião pública a favor do grupo que usava. Conforme esse autor, *A Federação* é o modelo dessa tendência, tendo em vista que foi significativa para a articulação do movimento republicano da Província, assumindo desde o princípio o cunho de órgão de combate e propaganda⁴. Além do cunho republicano, o dito jornal emprestou valiosa e incontestável colaboração ao abolicionismo gaúcho, mesmo que insurgindo na fase final do movimento, ou, na sua *hora decisiva*⁵.

As conjunturas de crise política e social, como eram as do fim do século XIX, fomentaram movimentos de opinião contraditórios e a receptividade ao público, criando espaço para a intervenção doutrinária da imprensa. Assim, as características do jornal em questão – para além das peculiaridades regionais – alinhavam-se à tendência nacional: a

⁴ RÜDIGER, Francisco. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1993, p. 26.

⁵ Para Verônica A. Monti, o ano de 1884 é culminante para o movimento abolicionista gaúcho, tendo em vista que foi nesse ano que se iniciou sua fase decisiva, quando "(...) toda a Província se inflamou como que num incêndio coletivo, rompendo aqui, praticamente as cadeias da escravidão." A autora, no entanto, exalta o movimento e os homens que dele participaram de modo a encará-lo como algo glorioso chegando a creditar o pioneirismo da ideia da abolição ao Rio Grande do Sul. MONTI, Verônica A. *O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1985, p. 164. Trabalhos mais recentes, contudo, desmontam esse caráter glorioso da antecipada abolição rio-grandense, argumentando que a grande maioria das libertações se deu condicionada a cláusulas de prestação de serviço. Algumas produções mais atuais sobre o processo de abolição no Rio Grande do Sul podem ser encontradas em: BORBA, Gislaine Ramos. "*É a causa dos oprimidos que abraçamos*": considerações sobre escravidão e liberdade nas páginas do jornal A Reforma (Porto Alegre/ 1870-1888). Julho de 2014. 197 p. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. MOREIRA, op. cit. WEIMER, Rodrigo. *Os nomes da liberdade: experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX*. 337 p. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007. XAVIER, Regina Célia. "Ser escravo no Rio Grande do Sul – Construção de identidades e cidadania". *Anais do VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://escravidaoliberdade.com.br/site/images/Texto.6/reginaxavier.pdf>. Acessado em: 04/01/2016.

imprensa brasileira como um todo se dedicava a discutir, analisar e combater pela instauração de uma nova ordem, é quando ela é basicamente abolicionista e republicana. Principalmente a luta pela transformação do trabalho encontrou respaldo nessa mídia, de modo a ser reconhecida como o mais popular dos movimentos até então desfraldados no país, visto que envolveu diversos setores sociais: representantes da elite, das classes médias e urbanas, da Igreja, estudantes, líderes negros, etc.⁶ A imprensa é tida como a grande responsável pela difusão das ideias em favor do abolicionismo e, então, por transformá-lo num clamor nacional.

Desde a década de 1870, havia uma grande movimentação em torno da questão do elemento servil na capital gaúcha. O tema da escravidão e as alternativas possíveis para a sua manutenção ou término – ou os mecanismo de controle que seriam implementados – eram pautas constantes na imprensa e no cenário político porto-alegrense. Inúmeras associações e sociedades passaram a ser fundadas tendo como finalidade a libertação dos cativos⁷. Para além das disputas políticas que existiam foi formando-se um grande grupo político que congregava a elite política e letrada da Província (da qual o PRR fazia parte⁸), cujo objetivo era o de prover a abolição. Um dos locais onde se reuniam era justamente no Centro Abolicionista que, a partir de sua fundação em setembro de 1883, assumiu a liderança dessa campanha em Porto Alegre. Tal instituição era integrada por indivíduos ligados aos principais partidos da época: o republicano, o liberal e o conservador⁹.

Margaret Bakos utiliza-se das conclusões de Céli Pinto para dar destaque à atuação dos republicanos rio-grandenses no abolicionismo por meio d' *A Federação*, em razão da influência da *ideologia positivista*¹⁰ no que ela denomina de *radicalização do movimento*

⁶ MARTINS, Ana Luiza. “Imprensa em tempos de Império”. In: LUCA, Tânia Regina. MARTINS, Ana Luiza. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 74-75.

⁷ BORBA, op. cit., p. 34.

⁸ Os fundadores do PRR eram distintos das elites políticas da época, pois em geral, eram jovens, graduados e sem experiência política. Tão embora inegavelmente pertencessem a uma elite econômica, não se enquadravam naquela oligarquia ligada à pecuária extensiva e à produção de charque. PINTO, Céli Regina. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 9.

⁹ Integraram o Centro Abolicionista: Joaquim Pedro Salgado, Joaquim de Salles Torres Homem, Julio César Leal, Aurélio Viríssimo Bittencourt, Severino de Freitas Prestes, Antonio Lara da Fontoura Palmeiro, João Damasceno Vieira, Edmundo Palmeiro Pereira da Cunha, Joaquim Pedro Concellos Ferreira, João Teófilo Vieira da Cunha, Norberto Antonio Vasques, Antonio Candido da Silva Job, Leopoldo Masson, Cândido Antônio da Costa, João Luis de Andrade Vasconcellos, Júlio Prates de Castilhos, Emilio da Silva Ferreira, João Cândio Gomes, Miguel Werna, entre outros. MONTI, op. cit., p. 108.

¹⁰ A disciplina doutrinária desse partido, pautada na teoria de Augusto Comte, foi responsável por dar-lhe destaque desde os primeiros tempos de propaganda no Rio Grande do Sul, quando ainda eram um grupo bem pequeno. Além disso, o caráter positivismo que embasava todas as formulações do partido adveio da formação de seus fundadores, em especial, de Júlio de Castilhos. Ver: BAKOS, Margaret Marchiori. *Júlio de Castilhos: positivismo, abolição e república*. Porto Alegre: IEL, EDIPUCRS, 2006.

*abolicionista provincial*¹¹. Augusto Comte era, então, quem fornecia a argumentação para essa campanha: “(...) a escravidão deve ser vista como um anacronismo no mundo moderno e a sua extinção imediata e sem indenização, energeticamente recomendada¹²”. Nesse sentido, tais republicanos propunham em 1884 a libertação incondicional e imediata da escravaria, proposição que denota a tentativa do grupo em alcançar para a Província uma solução independente do governo nacional¹³. Numa publicação de agosto de 1884, a ideia de escravidão criticada pelo PRR e a solução que propôs (embebida no positivismo) ficam bastante claras:

A escravidão atual, muito longe de haver resultado da evolução natural da sociedade, constitui a mais abominável aberração, o desrespeito bárbaro da suprema lei do progresso humano.
 (...) Repelida por todos os princípios, condenada pelas leis da sociologia e da moral, a escravidão não encontra legitimação possível no estado social dos tempos modernos, de que ela é a maior mácula. Por isso mesmo, o seu extermínio é urgente no Brasil; um golpe decisivo deve matá-la quanto antes, instantaneamente, como uma reabilitação da dignidade da pátria conspurcada ainda pelos vestígios existentes do grande crime.¹⁴

De acordo com o fragmento, podemos perceber como *A Federação* atuava no movimento abolicionista e doutrinava a opinião pública dentro de seus pressupostos. Ao associar a escravidão a um crime consolidava a ideia de que a instituição era um entrave ao desenvolvimento econômico, não só para o progresso do Rio Grande, mas para o do país como um todo¹⁵. Na realidade, a condenação moral da instituição também se constituiu num recurso constante, tendo em vista que o desmonte do escravismo – em nível nacional – envolveu mudanças nas formas de sentir e pensar. O escravo passou de *coisa* ou *animal doméstico* para *pessoa* escravizada e merecedora de ação política em seu favor, isto é, de desigualdade natural e legítima, passou a instituição economicamente ineficiente, moralmente indigna, afetivamente abjeta¹⁶. A atuação de José do Patrocínio na campanha pela abolição ilustra bem

¹¹ PINTO, op. cit., p. 16.

¹² BAKOS, Margaret Marchiori. *RS: escravismo & abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, p. 85.

¹³ Na realidade, os republicanos rio-grandenses só passam a se posicionar a favor da abolição imediata e sem indenização após o Segundo Congresso Republicano que se realiza em 1884, quando as bases doutrinárias do grupo são definidas bem como um completo programa de ação é organizado. BAKOS, op. cit., p. 97.

¹⁴ *A Federação*. Porto Alegre, 30 de agosto de 1884, p. 1.

¹⁵ A concepção da escravidão como atraso que impedia o progresso do país era um elemento presente no discurso geral do abolicionismo, vide NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

¹⁶ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas*. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 93. Uma boa crítica sobre o processo historiográfico de *coisificação* do escravo, vendo-o apenas como um reflexo da sujeição senhorial pode ser encontrada em: CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

essa tendência, pois terminava os seus editoriais afirmando que: “A escravidão é um roubo e todo dono de escravo é um ladrão”. Todavia, segundo Humberto Machado, “(...) a divulgação sugestiva e interessada dos jornais exerce uma pressão psicológica sobre as atitudes e comportamentos das pessoas na medida em que utiliza, muitas vezes, “slogans” direcionados para um determinado fim¹⁷”. Para o autor, recursos desse tipo visavam, sobretudo, angariar a simpatia de um maior número de adeptos para a causa abolicionista.

Tendo em vista que o programa do PRR e dos republicanos em geral era a derrubada da Monarquia e a implantação da República, o empreendimento pela abolição contribuía para minar a ordem vigente, de modo que eram frequentes as críticas em relação à inércia do Império diante da questão servil. Mesmo inseridos no *calor dos acontecimentos*, esses políticos tinham consciência da dependência entre Monarquia e trabalho escravo e sabiam que “(...) a escravidão foi sempre no Brasil forte esteio do império e sua garantia de duração e de vida¹⁸”. Essa relação e as expectativas para a resolução da transformação do trabalho e para a mudança de regime político ficam claras no trecho reproduzido abaixo:

No Brasil tudo está ainda para ser resolvida, tudo é provisório.
Esperam soluções, não só o problema político como o econômico.
A eliminação da monarquia e abolição do trabalho escravo – eis as duas grandes questões que têm de ser inevitavelmente solvidas.
E o tempo da solução aproxima-se progressivamente.
Operada a transformação do trabalho (e sê-lo-á brevemente, porque a abolição pende apenas de um rápido decurso de tempo) a questão política absorverá o espírito nacional, e a eliminação da monarquia será consequência inevitável.
A crise vem perto.
O Império será impotente para desviá-la, qualquer que sejam os seus esforços¹⁹.

Desse fragmento é possível perceber a posição do PRR sobre a ineficiência do Império diante da escravidão, parecendo que para os periodistas do jornal tão logo a questão do trabalho se resolveria e com ela a *eliminação* da Monarquia. Seguindo essa lógica, era hora de preparar a legitimação de um novo regime e assim providenciar símbolos que remetesse à nova ordem que se anunciava. De acordo com Joel Candau, o campo da memória e do próprio esquecimento envolve ações de seleção, organização e classificação, que se dão por excelência no presente²⁰. Então, podemos pensar que a ação de definir algo para lembrar é na verdade

¹⁷ MACHADO, Humberto. “Imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro”. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa, 2003. Acesso em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.297.pdf>. Acesso em: 03/07/2016.

¹⁸ *A Federação*. Porto Alegre, 12 de abril de 1884, p. 1.

¹⁹ *A Federação*. Porto Alegre, 20 de junho de 1884, p. 1.

²⁰ CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. Tradução Maria Letícia. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

uma projeção ao futuro, visto que, se feita no presente serve para que no futuro lembremos deste algo que ficou no passado. Por isso, argumentamos que uma das razões para o litígio travado pelo PRR nas páginas d’A *Federação* em torno da idealização daquele monumento citado inicialmente, repousa no fato de que naquele momento era mais conveniente aos republicanos rio-grandenses evitarem o surgimento de símbolos que pudessem acionar futuramente uma memória do tempo monárquico.

A função original do monumento, segundo Françoise Choay, é de manter viva a memória, orgânica e afetiva das pessoas, dos acontecimentos, das crenças, ritos ou regras socioconstitutivos da identidade do grupo humano que o construiu²¹. A Revolução Francesa exerceu, por sua vez, uma influência significativa no processo que alterou as relações sociedade-monumento, visto que surgiu nesse contexto a preocupação de definir políticas para a salvaguarda dos bens que conformam o patrimônio cultural de um povo. Marcio Sant’anna afirma que teria sido nesse momento da história que a expressão “monumento” passou a vincular-se estreitamente ao campo de representação e a ser utilizada com fins político, cujo objetivo é unir grupos heterogêneos a uma identidade ou a um projeto de nação²². Essa nova concepção surgida na França em fins do século XVIII, certamente expandiu-se para o restante do mundo ocidental. Dessa forma, provavelmente os “novos” usos do monumento, advindos do processo revolucionário francês, já estavam disseminados na sociedade brasileira no fim do século XIX. Assim como certamente o posicionamento contrário do PRR em relação ao dito constructo foi por considerar que este seria um símbolo que guardaria a memória de uma instituição monárquica, a qual devia ser superada e esquecida.

Prova de que os republicanos articularam n’A *Federação* questões relativas à desconstrução de memórias monárquicas, pode ser constatada no trecho extraído de uma edição publicada em janeiro de 1885, a qual faz parte da discussão acerca do monumento:

(...) cumpro ponderar que semelhante será um atestado perene de que um grande crime aqui se cometeu impunemente, reduzindo-se homem, livre por natureza e por destino, à mais nefanda das escravidões.

Para perpetuar na memória dos vindouros que este povo, depois de dezenas e dezenas de anos, soube, enfim, reparar o grande crime cometido, libertando os desgraçados que, por uma violência sem nome, foram escravizados?

Semelhante fato não é preciso perpetuar, porque a reparação de um crime não se torne perpetua.

²¹ CHOAY, Françoise. *As questões do patrimônio*: antologia para um combate. Tradução Luis Filipe Sarmiento. Lisboa: Edições 70, LDA, 2011.

²² SANT’ANNA, Márcio. “A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização”. In: ABREU, Cristina. CHAGAS, Carlos (orgs.). *Memória e Patrimônio*: Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2009.

Si é possível esquecer-se o crime, que seja esquecido; mas não se perpetue a reparação que o relembra imediatamente²³.

Visto se tratar de uma construção que atestaria a escravidão ali, a refuta d' *A Federação* torna-se bastante coerente. Naquele momento de desgaste da Monarquia e da luta pela República, alçavam esses republicanos incentivarem a instauração de símbolos que se encaixassem dentro de seus ascendentes princípios; e não apoiar aqueles que se remetesse a uma instituição em vias de ser superada. Outro aspecto que corrobora para essa versão são as querelas políticas existentes entre o Partido Republicano e o Liberal. Os quadros administrativos do Centro Abolicionista eram na época, em suma, ocupados por sujeitos ligados ao Partido Liberal²⁴. Inclusive a ideia da aplicação da verba da quermesse na construção do monumento partiu do secretário; o liberal Joaquim Salles Torres Homem. Logo, a oposição d' *A Federação* pode também ter sido uma forma de desqualificar o adversário político e suas formulações, o que era algo bem comum de se encontrar no jornal, ainda mais naquele contexto em que a propaganda pela República se intensificava.

É possível também encarar a situação por outro ponto de vista, e aí devemos nos reportar às concepções pautadas no senso comum onde o Rio Grande do Sul é encarado como um estado sem negros. O que se deve a caracterização do local como o mais europeu do Brasil, dado seu clima mais frio e a presença de um número considerável de descendentes de alemães e italianos. Tais perspectivas, por suas vezes, integram a construção de um imaginário gaúcho sobre si mesmo que excluiu o negro do seu processo de formação identitária.²⁵

Há um grande esforço n' *A Federação* em caracterizar a história sul-rio-grandense como a “história da liberdade²⁶”, onde esse povo, livre por excelência, sempre teria se “batido

²³ *A Federação*. Porto Alegre, 07 de janeiro de 1885, p. 1.

²⁴ Os membros do Partido Liberal estiveram desde a formação do Centro Abolicionista ligados à administração do mesmo. A iniciativa de sua criação, inclusive, partiu dos liberais Joaquim de Salles Torres Homem e Júlio César Leal, ambos da seção abolicionista do Partenon Literário e sob a presidência do coronel Joaquim Pedro Salgado, outro liberal. ZUBARAN, op. cit., p. 7.

²⁵ Vários autores já se lançaram a examinar historiograficamente essas questões, como Marcus Vinicius da Rosa que traz à tona sua versão da construção da invisibilidade negra no RS, visando atingir seu objetivo principal que é analisar as relações entre brancos e negros nos espaços urbanos “populares” de Porto Alegre – Colônia Africana e Cidade Baixa – no pós-abolição. ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)*. Março de 2014. 312 p. (Tese de Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2014, p. 18. Maria Angélica Zubaran também, embora com propostos distintos, buscou caracterizar o discurso que emergiu sobre a abolição gaúcha, concluindo que a ação dos negros e das lideranças afrodescendentes foram invisibilizadas no processo da conquista da liberdade. ZUBARAN, op. cit.

²⁶ *A Federação*. Porto Alegre, 08 de agosto de 1884, p. 1.

vigorosamente pela liberdade contra todas as tiranias, sem vacilar jamais diante dos mais custosos sacrifícios²⁷". Qualidades assim justificavam a realização de grandes feitos, como foi, aos olhos do PRR, o decreto da emancipação dos cativos em Porto Alegre. Na realidade, Regina Célia Xavier ao realizar um levantamento de fontes bibliográficas acerca da presença do escravo africano e de seus descendentes no Brasil Meridional, constatou que a própria produção historiográfica do século XIX enfatizava a fibra dos primeiros povoadores, de onde se sobressaía o peão livre das estâncias, a raça forte e persistente dos açorianos, etc. Características estas que contribuíram para a imagem do Estado como um "centauro dos pampas", predominante branco.²⁸

Analisando o discurso abolicionista gaúcho, Maria Angélica Zubaran, afirma que uma das marcas do mesmo foi a construção da noção da emancipação pioneira, apesar das Províncias do Ceará e do Amazonas²⁹ terem abolido a escravidão antes do Rio Grande do Sul. Para construir tal versão, as elites, inclusive nossos republicanos, recorreram às tradições históricas libertárias que remontavam à Revolução Farroupilha (1835-1845), a maior guerra civil do Império³⁰. Levando isso em consideração, devemos salientar que a liberdade de que nos falam os periodistas do jornal comporta um significado duplo: um de ordem social e outro de ordem política. Esse último faz uma referência quase que direta à Revolução Farroupilha³¹, quando acionada n' *A Federação* serve para demarcar a luta dos gaúchos contra a "opressiva" Monarquia. O primeiro sentido é o que nos interessa propriamente, pois sua utilização relaciona-se à intenção do PRR em reduzir a presença e a importância do braço escravo na província.

O Rio Grande não precisa fazer escravos para viver e progredir.
A sua indústria agrícola desenvolve-se rapidamente, servindo-se do trabalho livre;

²⁷ *A Federação*. Porto Alegre, 01 de agosto de 1884, p. 1.

²⁸ XAVIER, Regina Célia (org.). *História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional*: Guia Bibliográfico. Porto Alegre: UFRGS editora, 2007, p. 14.

²⁹ Análises sobre os processos abolicionistas do Ceará e do Amazonas podem ser encontradas em: FERREIRA, Lusirene Celestino França. *Nas asas da imprensa: a repercussão da abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885)*. 138 p. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João (UFSJ), São João Del-Rei, 2010. HOLANDA, Cristina Rodrigues (Org.). *Negros no Ceará: história, memória e etnicidade*. Fortaleza: Museu do Ceará / Secult/ Imopec, 2009 – (Coleção Outras Histórias – nº 61). NETO, Provino Pozza. *Ave Libertas: ações emancipacionistas no Amazonas Imperial*. 167 p. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, 2011. SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da Escravidão no Ceará: das origens à extinção*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2001.

³⁰ ZUBARAN, op. cit.

³¹ Uma boa análise sobre como os republicanos rio-grandenses utilizaram-se da Revolução Farroupilha a favor de sua propaganda política pode ser encontrada em: GRIJÓ, Luiz Alberto. "A elite do Partido Republicano se apropria da "Revolução"". *História Unisinos*. v.14, nº1. Janeiro/Abril, São Leopoldo, 2010, p. 29-37.

não é do braço escravo que lhe serve de instrumento.

A sua indústria pastoril também independe do escravo para receber o mais amplo desenvolvimento e para poder competir com os progressos, operado n'este sentido nas republicas platinas, quando a província quebrar o jogo aviltante da centralização imperial.

A economia do Rio Grande, portanto, nada sofrerá no dia em que desaparecer do seu solo o último escravo³².

No âmbito econômico, como bem salienta o trecho extraído do dito periódico, o Rio Grande do Sul independia do braço escravo. Margaret Bakos argumenta nesse sentido, para a autora esse tipo de mão de obra, embora tivesse sido importante outrora, de fato não era mais uma necessidade econômica na década de 1880. Por isso, o movimento abolicionista gaúcho teria sido marcado por uma disputa política entre os partidos Republicano, Liberal e Conservador, tal contenda travada principalmente na imprensa³³. O problema é que nossos republicanos transformaram aquele *agora* em *sempre*, ou seja, a não mais utilidade do escravo nas atividades econômicas em fins do século XIX foi estendida por eles a todo o passado da província, na medida em que constantemente elucidavam suas tradições históricas pautadas na liberdade.

A minimização do uso do escravo como força de trabalho foi uma ideia que ultrapassou as páginas d' *A Federação* e os próprios limites do século XIX, estendendo-se à historiografia produzida até bem pouco tempo sobre essa temática. Apesar de reconhecerem a existência generalizada do escravo no Estado, os estudos mais tradicionais insistiram durante bastante tempo em sua pouca importância no processo de trabalho³⁴, sendo a produção do charque o único setor onde teria sido realmente preponderante. Foi nos últimos anos que novos olhares e perspectivas passaram a ser lançados sobre a escravidão no Rio Grande do Sul, conferindo-lhe maior importância. Regina Célia Xavier analisou essa recente produção, concluindo que a inserção de cativos se deu em praticamente todas as atividades econômicas sul-rio-grandenses, desde o mundo rural até o urbano³⁵. Presença essa que permitiu a formação de diferentes elites e fortunas ligadas a ela, vide os casos dos charqueadores e dos

³² *A Federação*, 01 de agosto de 1884, p. 1.

³³ BAKOS, op.cit.

³⁴ OLIVEN, George Ruben. "A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul". In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996. p. 26. GUTFREIND, Ieda. "O Negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico". *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, Nº 1 e 2, V. XVI, Porto Alegre, 1990, p. 178-187. XAVIER, op. cit.

³⁵ XAVIER, Regina Célia. "A escravidão no Brasil Meridional". In: SILVA, Gilberto Ferreira; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos Cunha (orgs.). *RS Negro: Cartografia sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: Edipucrs, 2009, p. 15-31.

traficantes³⁶.

Além de menosprezar a importância dos escravos, outro ponto que circunda o forjamento da “história da liberdade” do Rio Grande do Sul nas páginas d’ *A Federação* é a concepção de uma escravidão mais branda. De acordo com os redatores da folha republicana em questão, “salvo um ou outro caso raríssimo de brutal severidade, as relações do senhor e do escravizado, apoiam-se mais nos sentimentos afetuosos do que na noção grosseira do direito consagrado por lei³⁷.” Defendia-se, portanto, que em solo sul-rio-grandense senhores e escravos constituíam entre si verdadeiros vínculos afetivos. Frisava-se mais uma vez a excepcionalidade gaúcha perante o Brasil: a escravidão e sua face mais nefasta e cruel não teria se desenvolvido plenamente no Estado. Contudo, uma leitura atenta das edições desse jornal nos permite vislumbrar uma contradição, pois não é difícil encontrarmos nelas denúncias a respeito de violências praticadas contra os escravos, como, por exemplo, fugas, aplicação de castigos, prisões, etc.

Esse tópico que atribui uma familiaridade às relações entre patrões e servidores no sul, segundo Ruben Oliven, faz parte da perspectiva elaborada no século XX, chamada de “democracia sulina³⁸”. A qual se entrelaçou a outra, a da “democracia racial”, que semelhante a nossos republicanos subestima a presença negra na formação da identidade gaúcha.³⁹ De qualquer forma, o caráter heterogêneo da população sul-rio-grandense em plena década de 1880 era inegável, segundo Marcus Vinicius, negros, indígenas e demais categorias, jamais foram “insignificantes” - como tentaram fazer crer os jovens políticos do PRR.⁴⁰

Diante disso é fácil compreender a oposição d’ *A Federação*, visto se tratar de um monumento cuja temática serviria para atestar a presença do escravo e por consequência do negro na formação do gaúcho. Algo assim não correspondia à “história da liberdade” da província tão divulgada no impresso. Além disso, devemos ponderar que nessa época, escravo

³⁶ Para maiores informações sobre esses grupos que lançaram mão do escravismo para constituírem suas fortunas, ver: VARGAS, Jonas. *Pelas margens do Atlântico: um estudo das elites locais e regionais das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Setembro de 2013. 505 p. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013. BERUTTI, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul (1790-1825)*. Agosto de 2006. 200 p. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

³⁷ *A Federação*. Porto Alegre, 18 de setembro de 1887, p. 1.

³⁸ OLIVEN, op. cit., p. 17.

³⁹ Fernando Henrique Cardoso é considerado o mais elaborado teórico dessas concepções. Ver: CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁴⁰ ROSA, op. cit., p. 58.

é sinônimo de negro, logo, atenuar a presença e a importância dos cativos, implicava invisibilizar o próprio negro na formação identitária do gaúcho.

Os artigos d’A *Federação* que abordam a discussão sobre a aplicação da verba da quermesse reafirmam a coerência do partido na condução desse fato. Como não foi necessário utilizar o dinheiro do evento para viabilizar a compra das alforrias, a quantia deveria ser empregada em prol dos libertos. Além do alto custo que envolveria a edificação do constructo, o mesmo seria simplesmente “um tributo à vaidade” – como escrevem os republicanos - não tendo, portanto, aplicabilidade social. Diante disso, o Centro Abolicionista divulga uma nova decisão para a verba: doaria a quantidade à Sociedade do Parthenon Literário⁴¹ que a usaria para construir um prédio onde se ministrariam aulas. Em retribuição, o Parthenon se disporia a dar aulas gratuitas aos libertos e ingênuos. A folha republicana apoiou e engrandeceu esta iniciativa fazendo as seguintes declarações:

(...) é justo que se apliquem as dádivas do povo, dando aos libertos aquilo que eles nunca tiveram:

O ensino, a educação prática que os habilite para o trabalho inteligente, indispensáveis ambos para que os libertos, saídos agora do regime de tormentos da escravidão, prestem o seu concurso eficaz à sociedade e não constituam um elemento perturbador.

Por isso, não recusamos apoio à liberação tomada⁴².

Podemos encarar o próprio prédio – esse a ser construído pelo Parthenon Literário - como um monumento, mas o qual já teria um significado totalmente distinto daquela outra edificação destinada à comemoração da libertação dos escravos. Conforme a publicação acima, a instrução dos libertos teria dupla função: habilitaria para o trabalho e impediria que esses sujeitos tornassem-se elementos desordeiros. O que, dentro da doutrina positivista cultivada pelo PRR, são elementos primordiais para o bom andamento social. Sendo assim, era interessantíssimo garantir que, quando da República implantada, a população negra estivesse enquadrada na dinâmica do novo sistema.

O Centro Abolicionista, entretanto, não descartou completamente a ideia do dito monumento comemorativo. Propondo, agora, erigir uma estátua dentro do prédio que seria construído pelo Parthenon Literário. Novamente, *A Federação* desespera-se e critica a

⁴¹ Sobre o Parthenon Literário, ver: SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Março de 2008. 189 p. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

⁴² *A Federação*. Porto Alegre, 08 de janeiro de 1885, p. 1.

hipótese. Essa situação pode ser encarada como uma verdadeira batalha de símbolos: de um lado, um prédio cuja função seria transmitir conhecimento para um grupo oprimido e explorado nos tempos do Império, mas que com a República – encarada como uma forma de governo superior – seria integrado à sociedade brasileira; do outro lado, um monumento cuja função repousaria em lembrar o “crime” que foi a escravaria. Neste impasse, prevaleceu a posição do PRR: a verba da quermesse auxiliou na construção do prédio do Parthenon Literário; e o monumento, este ficou somente no plano teórico, não sendo edificado.

Fosse para enfraquecer a ordem vigente, no sentido de visar à construção de símbolos para uma nova ordem sociopolítica ou para apagar a influência do escravo na constituição identitária do gaúcho, a intenção por detrás da refuta d’ *A Federação* em relação à construção do monumento era a de se fazer esquecer a escravidão propriamente, ou seja, apagar os vestígios e qualquer memória sobre a existência da *nefasta* instituição em solo sulino.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas*. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BAKOS, Magaret Marchiori. *Júlio de Castilhos: positivismo, abolição e República*. Porto Alegre: IEL, EDIPUCRS, 2006.

_____. *RS: escravismo & abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BERUTTI, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul (1790-1825)*. Agosto de 2006. 200 p. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

BORBA, Gislaine Ramos. “*É a causa dos oprimidos que abraçamos*”: considerações sobre escravidão e liberdade nas páginas do jornal *A Reforma* (Porto Alegre/ 1870-1888). Julho de 2014. 197 p. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. Tradução Maria Letícia. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHOAY, Françoise. *As questões do patrimônio: antologia para um combate*. Tradução Luis Filipe Sarmiento. Lisboa: Edições 70, LDA, 2011.
- FERREIRA, Lusirene Celestino França. *Nas asas da imprensa: a repercussão da abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885)*. 138 p. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João (UFSJ), São João Del-Rei, 2010.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. “A elite do Partido Republicano se apropria da “Revolução””. *História Unisinos*. V. 14, Nº 1. Janeiro/Abril, São Leopoldo, 2010.
- GUTFREIND, Ieda. “O Negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico”. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, Nº 1 e 2, V. XVI, Porto Alegre, 1990.
- HOLANDA, Cristina Rodrigues (Org.). *Negros no Ceará: história, memória e etnicidade*. Fortaleza: Museu do Ceará / Secult/ Imopec, 2009 – (Coleção Outras Histórias – nº 61).
- MACHADO, Humberto. Imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa, 2003. Acesso em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.297.pdf>. Acesso em: 03/07/2016
- MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: LUCA, Tânia Regina. MARTINS, Ana Luiza. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- MONTI, Verônica A. *O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul -1884*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1985.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem – Experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: Edições EST, 2003.
- NETO, Provino Pozza. *Ave Libertas: ações emancipacionistas no Amazonas Imperial*. 167 p. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, 2011.
- OLIVEN, George Ruben. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996.
- PINTO, Céli Regina. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)*. Março de 2014. 312 p. (Tese de Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2014.

SANT'ANNA, Márcio. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Cristina. CHAGAS, Carlos (orgs.). *Memória e Patrimônio: Ensaio contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2009.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da Escravidão no Ceará: das origens à extinção*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2001.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá dois pra cá: O Parthenon Literário e as trocas entre literatura política na Porto Alegre do século XIX*. Maio de 2008. 189 p. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VARGAS, Jonas. *Pelas margens do Atlântico: um estudo das elites locais e regionais das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Setembro de 2013. 505 p. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

WEIMER, Rodrigo. *Os nomes da liberdade: experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX*. 337 p. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

XAVIER, Regina Célia. A escravidão no Brasil Meridional. In: SILVA, Gilberto Ferreira; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos Cunha (orgs.). *RS Negro: Cartografia sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

_____. *História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional: Guia Bibliográfico*. Porto Alegre: UFRGS editora, 2007.

_____. Ser escravo no Rio Grande do Sul – Construção de identidades e cidadania. *Anais do VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Texto.6/reginaxavier.pdf>. Acessado em: 04/01/2016.

ZUBARAN, Maria Angélica. “A invenção branca da liberdade negra”. *Fênix – Revista de História*

e Estudos Culturais. N º3, V. 06, ano. VI, 2009.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1993.

Recebido em 18 de maio de 2016
Aprovado em 10 de agosto de 2016